



Sociologia 3



Centro Educacional Evolução

Credenciado pela Portaria nº. 264/2009 SEDF

Tel: (61) 3562 0920 / 3046 2090

C-1 Lote 1/12 sobreloja 1 Edifício TTC

Taguatinga-DF

www.centroevolucão.com.br

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	2
SOCIOLOGIA COMPREENSIVA	2
MÉTODO TIPOLOGICO	2
AÇÃO SOCIAL	2
AÇÃO POLÍTICA	2
O ESTADO E POLITICA.....	3
DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E PARTIDOS POLÍTICOS	3
PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO	4
A POLÍTICA DO FAVOR, O CLIENTELISMO	4
NEPOTISMO E CORRUPÇÃO	5
CIDADANIA	5
MOVIMENTOS SOCIAIS.....	5
TIPOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS	6
GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO	6
ACUMULAÇÃO FLEXIVEL DO PROCESSO PRODUTIVO CAPITALISTA.....	6
TRABALHADORES PÓS-MODERNO	7
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA POR MEIO DO VOTO OBRIGATÓRIO, REFERENDO E PLEBISCITO	7



ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As teorias de Max Weber não se identificam com nenhuma corrente de pensamento da época nem se encontram perfeitamente sistematizadas em uma grande obra. Seu pensamento é uma síntese da tradição científica e filosófica da Alemanha moderna resgatando o melhor da metodologia e dos conceitos já formulados para propor uma ciência social em que os múltiplos fatores se encontram relacionados e se explicam reciprocamente.

SOCIOLOGIA COMPREENSIVA

Max Weber é o maior representante da chamada Sociologia Compreensiva.

Sociologia Compreensiva: só se tem acesso aos fenômenos socioculturais por meio de procedimentos metodológicos diversos daqueles usados nas Ciências Físico-Naturais e na Matemática.

Cultura: a "compreensão" é o único meio de ingresso no reino da cultura.

Compreensão: captação interpretativa do sentido ou conexão de sentido.

Conhecimento Sociológico: O conhecimento sociológico é o conhecimento da compreensão, isto é, de dentro para fora.

Esse sentido pode estar concebido ou na ação particular, ou no pensado de modo aproximado, ou no construído cientificamente pelo método tipológico quando se elabora um tipo ideal puro de um fenômeno frequente.

MÉTODO TIPOLÓGICO

Max Weber foi o pioneiro do "método tipológico", pela análise da ação social e dos estudos sobre Sociologia da Religião.

Método tipológico: construção de um arquétipo de ação social, levando em consideração ações históricas que, em sua pureza, não existe na realidade.

Método dos tipos ideais: classificar e comparar fatos sociais produzidos em uma mesma sociedade, em sociedades do mesmo tipo ou em sociedades de tipos diferentes, para

descobrir seus traços comuns, de modo a estabelecer os tipos ideais puros das ações sociais, com suas regularidades, tendências, fatores e efeitos sociais.

Ideal puro: abstração, construída pela ciência, tendo por base fatos individuais que ocorrem na realidade social, levando em conta seus caracteres fundamentais, tornados típicos pela generalização (regra geral do acontecer).

A utilização desses "tipos ideais" alargou os horizontes da sociologia.

Sociologia: "Ciência que pretende entender, interpretando-a, a ação social, para dessa maneira explicá-la causalmente."

AÇÃO SOCIAL

Ação Social: ação que se dirige a outros indivíduos. "É ação em que o sentido subjetivo do sujeito ou sujeitos está referido à conduta de outros, orientando-se por esta em seu desenvolvimento".

Sentido: elemento interno, imaterial, da ação, deve ser pesquisado em primeiro lugar. Pode ser o "sentido médio de uma massa de casos" ou então o construído pela inteligência e generalizado em um tipo ideal com atores ideais. Não deve ser confundido com o sentido objetivamente justo ou com o sentido verdadeiro, metafisicamente fundado.

- **Captação do Sentido da Ação:** para a Sociologia captar esse sentido da ação, segundo Weber, o sociólogo deve reviver ou reconstruir, em sua mente, a ação social dos outros, só assim alcançando a sua compreensão.

AÇÕES DA VIDA SOCIAL

Ação tradicional: processa-se de acordo com as tradições seculares, com usos e costumes sagrados.

Ação carismática: inova e inobserva tradições. Funda-se na crença de ser seu autor dotado de poderes sobre-humanos e sobrenaturais que agem, livremente, sem fazer caso de normas estabelecidas ou de tradições, estabelecendo novas normas e criando tradições.

Ação afetiva: orientada pelas emoções e sentimentos.

Ação social racional: causal ou logicamente compatível com os fins propostos.

AÇÃO POLÍTICA

A finalidade ideal da ação política é a instituição é a perpetuação do poder.

Para a instituição e a perpetuação do poder a ação política exerce três tipos de dominação que precisam ser legitimados. Essa legitimação é realizada das seguintes formas.

Tipos ideais de dominação:

Dominação carismática: legitimada pela fé e pelas qualidades sobrenaturais do chefe.

Dominação tradicional: legitimada pela crença sacrossanta na tradição.

Dominação legal: legitimada pelas leis a partir dos costumes e tornado possível pela **burocracia**, trazendo a especialização e a organização racional e legal das funções.

Os atos políticos e as ações do Estado fazem parte de nossa vida, e é atuando politicamente que entendemos e assumimos nosso papel na sociedade. No entanto, quando ouvem falar em poder e política, as pessoas quase sempre pensam em troca de favores, conchavos e falcaturas, e, quando ouvem falar em Estado, muitas pensam em burocracia, impostos elevados e mau uso do dinheiro público. Essas associações negativas resultam de uma ideia preconceituosa a respeito da política e do papel do Estado, e servem de argumento para justificar a omissão e a recusa à participação nos assuntos públicos.

Muita gente acredita que poder e dominação só podem ser exercidos pelo Estado, mas, como veremos nesta unidade, há várias outras formas de dominação em todos os setores e relações sociais.

O ESTADO E POLITICA

O Estado moderno surgiu da desintegração do mundo feudal e das relações políticas até então dominantes na Europa. Como já vimos, no período medieval, o poder estava nas mãos dos senhores feudais, que mantinham o controle sobre a maior parte das terras e sobre toda a sociedade.

Esse tipo de dominação foi pouco a pouco sendo minado pelas revoltas sociais dos camponeses, pela recusa ao pagamento de impostos feudais e pelo crescimento das cidades e do comércio, que apressaram a desagregação dos feudos. Paralelamente, a partir do século XI, ocorreu um processo de centralização e concentração:

- das Forças Armadas e do monopólio da violência;
- da estrutura jurídica, isto é, dos juizes e dos tribunais em várias instâncias;
- da cobrança de impostos — um signo do poder e, ao mesmo tempo, o meio de assegurar a manutenção das Forças Armadas, da burocracia e do corpo jurídico;
- de um corpo burocrático para administrar o patrimônio público, como as estradas, os portos, o sistema educacional, a saúde, o transporte, as comunicações e outros tantos setores.

A centralização e a concentração desses poderes e instituições caracterizam o Estado moderno, que assumiu diferentes formas até hoje.

Depois que nos livrarmos do preconceito de que tudo o que faz o Estado e a sua burocracia é errado, malfeito e contrário à liberdade, e de que tudo o que é feito pelos indivíduos particulares é eficiente e sinônimo de liberdade — poderemos enfrentar adequadamente o verdadeiro problema. Reduzido a uma só frase, o problema consiste em que, em nosso mundo moderno, tudo é político, o Estado está em toda parte e a responsabilidade política acha-se entrelaçada em toda a estrutura da sociedade.

A liberdade consiste não em negar essa interpenetração, mas em definir seus usos legítimos em todas as esferas, demarcando limites e decidindo qual deve ser o caminho da penetração, e, em última análise, em salvaguardar a responsabilidade pública e a participação de todos no controle das decisões.

"Todo o Estado se funda na força", disse Trotski em Brest-Litovsk. Isso é realmente certo. Se não existissem instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de "Estado" seria eliminado, e surgiria uma situação que poderíamos designar como "anarquia", no sentido específico da palavra. [...]

Hoje, porém, temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. [...] O Estado é considerado como a única fonte do "direito" de usar a violência. Daí "política", para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.

DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E PARTIDOS POLÍTICOS

As diversas formas que o Estado assumiu na sociedade capitalista estiveram ligadas à concepção de soberania popular, que é a base da democracia. Mas tal soberania só se torna efetiva com a representação pelo voto. Para ampliar o número de pessoas com direito de votar e ser votadas foram necessárias muitas lutas. Isso significa que o liberalismo só se tornou democrático porque foi forçado a isso. Na época do liberalismo clássico, somente o homem adulto economicamente independente tinha instrução e era considerado capaz de discernimento para tomar decisões políticas. Desse modo, a representação durante muito tempo foi bastante restrita.

Tomemos como exemplo a Inglaterra, a pátria do parlamentarismo e da democracia moderna.

Logo após a chamada Revolução Gloriosa (1688), que limitou os poderes do rei e atribuiu ao Parlamento autoridade sobre o governo, somente 2% da população tinha direito de voto. Em 1832, quase 150 anos depois, após uma reforma eleitoral, esse índice subiu para 5%. As mulheres só conquistariam o direito de votar em 1928.

Podemos entender muito melhor a "igualdade política" defendida pelo pensamento liberal, que é a base ideológica do sistema capitalista, quando lemos o que disseram grandes pensadores liberais, como Benjamin Constant (1787-1874), Immanuel Kant (1724-1804) e Edmund Burke (1729-1797).

O pensador francês Benjamin Constant afirmava que as pessoas condenadas pela penúria ao trabalho diário e a uma situação de eterna dependência não estavam mais bem informadas acerca dos assuntos públicos que uma criança; por isso, não podiam desfrutar o direito eleitoral. Era necessário ter o tempo livre indispensável para adquirir os conhecimentos e os critérios justos. Só a propriedade proporcionava esse tempo livre e deixava os indivíduos em condições de exercer os direitos políticos.

Immanuel Kant, filósofo alemão, afirmava que para exercer os direitos políticos era necessário não ser criança ou mulher. Mas não bastava a condição de homem; era preciso ser senhor de uma propriedade que lhe desse sustento.

O dependente, o criado e o operário não podiam ser membros do Estado e não estavam qualificados para serem cidadãos.

Muitas pessoas também pensam que só se pode fazer política institucional por meio dos partidos políticos. Mas os partidos nasceram por causa da pressão exercida por quem não tinha acesso ao Parlamento. No início do Estado liberal, a ideia de partido era inaceitável, pois se considerava que o Parlamento devia ter unidade de formação pensamento, não comportando divisões ou "partes" (o que a palavra partido expressa). Votavam e eram votados, na prática, apenas os que possuíam propriedades e riqueza, ou seja, aqueles que podiam viver para a política, já que não precisavam se preocupar com seu sustento. Assim, o Parlamento reunia os proprietários. Estes

discutiam as leis que regeriam a sociedade como um todo com base na visão deles.

No Brasil, a ampliação da participação política é um processo recente. Os detentores do poder, a serviço de uma minoria, por muito tempo mantiveram a maioria da população fora do processo eleitoral.

Só para termos uma ideia, da proclamação da República, em 1889, até 1945, o número de eleitores foi de somente 5% da população aproximadamente, com pequenas variações. Em 1960, esse índice havia subido para 18%. Em 1980, 47% da população podia participar das eleições e, em 2006, perto de 70% da população tinha o direito de voto. Isso não significa que esse total de votantes participou efetivamente das eleições. Sempre houve um percentual significativo (de 15% a 20%) de ausências. Ou seja, cem anos se passaram para que a população pudesse participar majoritariamente das eleições no Brasil.

Houve evolução também na consciência do eleitor, em relação ao tempo em que se comprava o voto dos mais pobres. Essa prática diminuiu gradativamente, à medida que se intensificou o processo de urbanização e diminuiu a pressão dos “coronéis” e seus comandados sobre a população rural, que ainda era maioria em 1960. Contribuiu para essa evolução o desenvolvimento das regras eleitorais e das técnicas de votar, principalmente o voto secreto com cédulas únicas impressas pelo governo central e a introdução de urnas eletrônicas. Colaboraram ainda a fixação de regras mais claras e a fiscalização da Justiça Eleitoral.

No entanto, essas mudanças não foram suficientes para acabar com as práticas clientelísticas ainda presentes no cotidiano político dos brasileiros.

Sobre a capacidade de governar, o que podemos observar é que, recentemente, depois da Constituição de 1988, o poder político civil deixou de ser vigiado pelos militares, que, desde o início da República, estiveram à frente dos governos ou ficaram nos bastidores influenciando diretamente na condução da política nacional.

Após a proclamação da República surgiram vários movimentos que procuravam criar espaços de participação política.

Os movimentos de trabalhadores sempre estiveram à frente desse processo, principalmente na luta por melhores salários e condições de trabalho.

Outras lutas foram desenvolvidas, mas sempre eram reprimidas, pois a questão dos direitos, por muito tempo, foi vista como um caso de polícia ou uma concessão por parte dos poderosos ou do Estado. Somente nos últimos anos os movimentos sociais tiveram espaços institucionais, quer por meio de leis, quer mediante organizações que lutam pela garantia dos direitos.

A maior participação institucional nas decisões políticas foi uma conquista da população, que se mobilizou organizadamente em diversas instituições, e não uma concessão dos poderosos. Pode-se dizer que no Brasil existem muitas leis que geram direitos, mas estes com frequência não são garantidos. Assim, os grupos que reclamam, lutam e exigem que seus direitos sejam observados são vistos por muitos governantes e por setores conservadores da população como baderneiros e insensíveis aos esforços do governo em fazer o melhor.

A democracia no Brasil é algo muito recente e ainda está se consolidando.

Ela continuará crescendo se as regras institucionais para as eleições e o exercício do poder forem ampliadas, para

possibilitar a participação da população, e se os movimentos sociais tiverem mais liberdade para lutar pela manutenção dos direitos fundamentais e a criação de novos direitos. Somente quando a maioria da população tiver educação de qualidade, condições de se alimentar adequadamente e condições decentes de vida social, poderemos ter democracia no Brasil.

O Estado no Brasil sempre se sobrepôs à sociedade, como se fosse algo fora dela. Nós aprendemos desde cedo que tudo depende do Estado e que nada podemos fazer sem a presença dele, atribuindo-lhe a responsabilidade pelos problemas da sociedade e por suas soluções. Assim, se culpamos o Estado pelas dificuldades que enfrentamos, também dele esperamos socorro e proteção — o

que vale tanto para os proprietários de terras, os empresários industriais e os banqueiros quanto para o restante da população. Para esclarecer essas características das relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, vamos examinar a relação entre o que é público e o que é privado.

PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO

Podemos dizer que houve no Brasil uma apropriação privada do que é público, ou seja, quem chegava ao poder tomava conta do público como se fosse seu. Dessa forma, a instituição que deveria proteger a maioria da população — o Estado — adotou como princípio o favorecimento dos setores privados, que dominaram economicamente a sociedade. O Estado beneficiava esses setores e também era beneficiado por eles, que lhe davam sustentação.

Para o restante da sociedade, as políticas públicas foram sendo desenvolvidas na forma de “doação” ou de dominação, em nome da tranquilidade social. Isso não significa que a população tenha sido sempre passiva. Ao contrário, muitas ações do Estado resultaram da pressão dos movimentos sociais no país.

A POLÍTICA DO FAVOR, O CLIENTELISMO

A relação entre público e privado no Brasil também pode ser caracterizada como uma política do favor. Ela se desenvolveu desde o período colonial e apresenta-se ainda hoje como um dos suportes das relações políticas nacionais entre os que têm o poder político e os que têm o poder econômico.

Essa troca de favores políticos por benefícios econômicos é também conhecida como clientelismo. Ela pode ser observada, por exemplo, na distribuição pelo poder público de concessões de emissoras de rádio e canais de televisão ou financiamentos para empresas, sempre em busca de apoio e sustentação de um partido, de uma organização ou de uma família no poder. Isso não ocorre somente nos setores considerados atrasados da sociedade; é uma prática utilizada também pelos setores considerados modernos, que sempre encontraram no Estado um aliado nos momentos de crise.

A política do favor aparece também no cotidiano, na relação dos indivíduos com o poder público. Ela acontece na busca de ajuda para resolver problemas, emergências de trabalho, saúde, etc. Expressa-se ainda na distribuição de verbas assistenciais e nas promessas de construção de escolas, de postos de saúde e de doação de ambulâncias, feitas às pessoas ou às instituições por vereadores, deputados e senadores. Tudo para render votos futuros.

NEPOTISMO E CORRUPÇÃO

Muita coisa mudou na administração pública desde as reformas administrativas de Getúlio Vargas e de outros governos, que instituíram gradativamente concursos públicos para a maioria dos postos de trabalho e procuraram implantar uma administração com certo grau de profissionalização, no sentido definido por Max Weber, com a impessoalidade da função pública. Mesmo assim, sabemos que ainda há casos de manipulação nos concursos públicos e a prática do nepotismo, ou seja, o emprego ou o favorecimento de parentes em cargos públicos, ainda que isso seja proibido por lei.

Quando ocorrem atos de corrupção na administração pública, a reação costuma ser marcada pelo moralismo, que se caracteriza por atribuir ao caráter pessoal do funcionário ou político envolvido a responsabilidade pela malversação dos recursos públicos. Não se procura evidenciar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais que estão na raiz das práticas de favorecimento e tráfico de influência. Assim, há uma simplificação desse fato, pois se acredita que bastaria fazer um governo com os homens e mulheres "de bem" para que tudo fosse resolvido.

A corrupção existe em todos os países do mundo, tanto nas estruturas estatais como nas empresas privadas. No Brasil, ela se mantém no sistema de poder porque, como vimos, o favor e o clientelismo continuam presentes.

O combate à corrupção requer a criação de mecanismos que a coíbam, garantindo que os envolvidos sejam julgados e condenados por seus atos. E isso tem sido feito com a ajuda de funcionários públicos, promotores e juizes que não aceitam mais essas velhas práticas.

CIDADANIA

Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico-sociológico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço de cada sociedade: a cidadania dos povos greco-romanos antigos é bastante diferente da cidadania que nós temos hoje, é muito diferente ser cidadão na Alemanha, no Japão, nos E.U.A. ou no Brasil; não apenas pelas regras que definem quem é ou não titular da cidadania, mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados-nacionais contemporâneos.



A cidadania é o conjunto de direitos e deveres que nos garante o acesso de maneira igual a todos recursos materiais

e imateriais necessários para viver com dignidade e igualdade de condições junto a todos os membros da sociedade.

A cidadania é um processo que está relacionado aos direitos e aos movimentos sociais que buscam a consolidação definitiva de uma sociedade justa e igualitária.

Percebe-se na história da cidadania, que desde a antiguidade as diferenças na organização das sociedades entre senhores e escravos, nobres e servos, patrão e empregado, ricos e pobres, geram um contexto de antagonismo conflituoso de classes onde se busca superar as injustiças e as desigualdades sociais. A história demonstra que, é dentro desse contexto que o processo de cidadania e a conquista de direitos vêm se consolidando ao longo dos tempos através dos diversos movimentos sociais, seja de escravos, plebeus, servos, camponeses medievais, liga de trabalhadores, etc. Os direitos de cidadania foram conquistados através da luta dos movimentos sociais ao longo da história.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Qualquer que seja a forma de opressão, explicitada em qualquer dimensão da vida social, política, religiosa, cultural, etc., ou qualquer que seja sua natureza se estrutural – decorrente da maneira como a sociedade é estruturada para se reproduzir – ou conjuntural – decorrente de fatores momentâneos ou circunstanciais –, o fato é que para superar as condições desiguais e opressoras da sociedade, é necessária a ação conjunta de homens e mulheres de forma a potencializar sua força – através de um movimento – em direção à mudança social ou a conservação das relações de opressão.



O movimento social é o conjunto organizado e unificado de grupo de pessoas que se mobilizam em pró de ideais que são consideradas justas para todos, por isso, todo movimento social é composto de três elementos essenciais:

Projeto – é a proposta do movimento que pode ser de mudança ou de conservação das relações sociais, está relacionado com os objetivos, metas, enfim, no que o movimento pretende;

Ideologia – é o conjunto de idéias que fundamenta os projetos e as práticas dos movimentos, revelando sua "visão de mundo" e definindo o sentido de suas lutas. A própria forma de organização e direção de um movimento revela seu caráter ideológico;

Organização – é a forma ou a estrutura como está organizado o movimento, isto é, sua hierarquia administrativa e condições materiais.

TIPOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Movimento operário – é o mais antigo de todos no interior do capitalismo e nasceu e se desenvolveu com o capitalismo industrial. O movimento operário desenvolveu-se imensamente, organizando-se por categoria em todos os níveis, desde a unidade empresarial, local, regional, nacional e internacionalmente. Este é um movimento que se manifesta através de sindicatos fortes e organizados, bem como através de suas centrais sindicais, que os trabalhadores conseguiram muitos dos direitos que existem nesta esfera da vida hoje em dia.

Movimento ambientalista – é um movimento social mundial, também chamado de movimento ecológico ou movimento verde consiste em diferentes correntes de pensamento de um movimento social, que tem na defesa do meio ambiente sua principal preocupação, demandando medidas de proteção ambiental, tais como medidas de antipoluição. O ambientalismo não visa somente os problemas ligados ao meio ambiente, mas também as atitudes a serem tomadas para uma possível diminuição ou até mesmo solução desses problemas.

Movimento feminista – é um movimento mundial de caráter social e político de defesa de direitos iguais para mulheres e homens, tanto no âmbito da legislação (plano normativo e jurídico) quanto no plano da formulação de políticas públicas que ofereçam serviços e programas sociais de apoio a mulheres.

Movimento social urbano – são movimentos mais específicos e localizados, contra situações que envolvem o Estado. O Estado, antes eficiente no atendimento das necessidades básicas da população, mostra-se incapaz de fazer face às crescentes demandas dos diversos grupos sociais. Os problemas urbanos se avolumam, também, nos diversos países do mundo desenvolvidos, revelando um decréscimo gradativo da qualidade de vida. Surgem os movimentos sociais urbanos, reivindicando melhorias nos setores de transporte, de saúde, de habitação, de segurança, etc., que demandam não apenas a manutenção e a ampliação dos serviços sociais, mas a própria mudança da gestão pública.

GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO

As transformações existentes atualmente resultam em uma mudança muito mais geral em toda a sociedade e mais significativamente no que se refere ao trabalho. Ela resulta de um grande fenômeno que já estava presente desde o surgimento do capitalismo, mas que nas últimas décadas toma forma de modo significativo é o processo de mundialização da produção e do consumo também conhecido como globalização.

Decorrente deste momento globalizado temos um mercado de trabalho internacional. Aquilo que era apenas localizado, isto é, trabalhadores portugueses na França, turcos na Suíça e assim por diante, passou a ser uma constante ao nível mundial. Qualquer trabalhador, até os menos qualificados, mais principalmente os ultra qualificados participam do mercado de trabalho mundial, em qualquer lugar do mundo. O exemplo mais típico entre nós é o caso dos *dekasségus*. Isso significa um movimento migratório de trabalhadores no mundo todo. Mesclam-se idade, sexo, religião, língua, tradições, reivindicações, lutas e ilusões. Nasce assim a forma de um trabalhador mundial.

Por outro lado, e ao mesmo tempo temos também o surgimento de a presença de discriminação e preconceito

muito ativos em muitas partes do mundo. Em muitos países da Europa os trabalhadores africanos são muito discriminados.

ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO PROCESSO PRODUTIVO CAPITALISTA

Desde a década de 1970, o capitalismo vem passando por nova transformação. O capital, na sua busca incessante de valorizar-se, procura novas formas de elevar a produtividade do trabalho e a expansão dos lucros. Assim, desenvolveu-se uma nova fase no processo produtivo, que poderíamos chamar de pós-fordismo ou a da acumulação flexível, caracterizada por:

- Flexibilização dos processos de trabalho, incluindo aí a automação;
- Flexibilização e mobilidade dos mercados de trabalho;
- Flexibilização dos produtos e também dos padrões de consumo.

FLEXIBILIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Com a automação, assistimos à eliminação do controle manual por parte do trabalhador. Substituído por tecnologias eletrônicas, o trabalhador só intervém no processo para fazer o controle e a supervisão. As atividades mecânicas são desenvolvidas por máquinas se automatizada, programadas para agir sem intervenção de um operador.

A máquina se vigia e se regula a si mesma. O número de trabalhadores manuais diminui drasticamente e o engenheiro que entende de programação eletrônica, de supervisão ou análise de sistemas passa a ter uma importância estratégica nas novas instalações industriais.

A robótica, é a tecnologia responsável pela automação dos processos produtivos, entra hoje, como um componente novo nas indústrias de bens de consumo duráveis, e está alterando profundamente as relações de trabalho. Os robôs não fazem greve, trabalhando incansavelmente, não exigem maiores salários e melhores condições de trabalho e de vida. Uma empresa de automóveis que empregava na década de 1970 em torno de 400 trabalhadores, no ano de 2000, está mesma empresa precisaria apenas 50 trabalhadores diretos. Ou seja, a robótica e as novas tecnologias de produção propiciaram uma diminuição dos postos de trabalho para produzir a mesma coisa e a preços menores.

Também aparecem outras novas formas de produzir: o licenciamento de marcas que articulam várias empresas pequenas e médias em torno de marketing e do apoio financeiro de um grande grupo. A Benetton é um bom exemplo disso; ela não produz diretamente quase nada tem uma marca de vestuário que é alugada a empresas menores, em todo o mundo, adaptando-se aos mais diferentes estilos e padrões culturais. A Nike, a Coca-Cola e a Mac Donald's, operam de modo semelhante, subordinando inúmeras outras empresas às suas estratégias comerciais.

FLEXIBILIZAÇÃO E MOBILIDADE DOS MERCADOS DE TRABALHO

Os mercados de trabalho foram flexibilizados. Os empregadores desenvolveram a tendência de utilizar as mais diferentes formas de trabalho: trabalho doméstico e familiar, trabalho autônomo, trabalho temporário, por hora ou por

curto prazo, subcontratação. Elas substituem a forma clássica do emprego regular, sob contrato, permitindo uma alta rotatividade da mão-de-obra e, conseqüentemente, baixo nível de sindicalização e forte retrocesso da ação dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas.

FLEXIBILIZAÇÃO DOS PRODUTOS E TAMBÉM DOS PADRÕES DE CONSUMO

Os produtos e o consumo foram flexibilizados para torna os objetos de uso cada vez mais descartáveis. A vida útil dos produtos que compramos vai diminuindo e, paralelamente a propaganda nos estimula a trocá-los por outros novos, fazendo com que os artigos sejam consumidos rapidamente, ou seja, deixados de lado se durarem mais do que o previsto, trocados por novos na mesma velocidade que a produção. Desenvolveu-se assim, o que se chama a obsolescência programada.

TRABALHADORES PÓS-MODERNO

Com a crescente utilização da tecnologia computadorizadas e automatizadas, com a flexibilização da produção e do mercado de trabalho, criou-se uma grande instabilidade no emprego para os trabalhadores, que passam a não ter mais a segurança de trabalho estável. O desemprego, crescente inclusive nos países capitalistas mais avançados, é hoje o maior problema em todas as sociedades industrializadas.

Em algumas das economias mais avançadas, os trabalhadores, ainda podem contar com um seguro-desemprego estável e de valor significativo, que uma forma de remediar essa situação. Entretanto na maioria dos países, e principalmente naqueles em que não existe um sistema de amparo regular ao desemprego, a solução é terrível, deixando os desempregados em uma situação desesperadora.

A outra característica que envolve o trabalho neste momento é que este processo exigirá um trabalhador polivalente. Não temos mais um indivíduo que sabe fazer ou que faz somente uma coisa. Isso permite que alguém trabalhe em qualquer coisa, portanto a especialização não é mais a grande necessidade do mercado de trabalho, pois se necessita de trabalhadores que possa fazer de tudo um pouco. A exploração de trabalho torna-se também mundial, pois os trabalhadores serão alcançados pelas grandes empresas ou poderão circular no mundo todo.

A rápida obsolescência dos conhecimentos técnicos devido ao constante avanço tecnológico exige atualmente um profissional com um hábito da aprendizagem permanente para poder continuar acompanhando as transformações do mercado.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA POR MEIO DO VOTO OBRIGATÓRIO, REFERENDO E PLEBISCITO

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o sufrágio universal que nada mais é que o poder de escolha dos nossos representantes. Para exercer esse direito outorgado pela CF/88 foi atribuída alguns conceitos como o voto secreto e obrigatório para os maiores de 18 anos, o plebiscito o referendo e a ação popular.

É importante discriminar a diferença entre Plebiscito e Referendo. Por Plebiscito entende-se que é a participação

popular inicial (antes da criação da respectiva Lei), para emitir uma opinião sobre determinado assunto. O Referendo é a participação popular depois que tal Lei já tivera sido criada.

ESTUDO DIRIGIDO

1. O mundo do trabalho, entre 1760 e 1850, passou por um conjunto de mudanças, tanto no campo econômico como no campo social. As inovações tecnológicas tiveram grande importância nesse processo, conhecido como Primeira Revolução Industrial. Sobre essa temática, pode-se afirmar:

I. A Primeira Revolução Industrial, apesar de também ser conhecida como Revolução Industrial Inglesa, não ocorreu apenas na Inglaterra. Na verdade, as principais inovações tecnológicas do período ocorreram na França, na Península Ibérica e na Alemanha.

II. A tradicional produção de tecidos de lã, durante a Revolução Industrial Inglesa, continuou ativa. No entanto, foi a produção de tecidos de algodão que melhor expressou os aspectos revolucionários da produção fabril.

III. As mudanças promovidas pela Primeira Revolução Industrial ocorreram em vários âmbitos. Na esfera da produção, os três setores mais atingidos foram: a mineração de carvão, a indústria têxtil e a siderurgia.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) II
- b) II e III
- c) III
- d) I e III
- e) I

6. Responda em seu caderno:

- a) De onde resultam as transformações existentes atualmente?
- b) O que é um mercado de trabalho internacional?
- c) Como são tratados os trabalhadores imigrantes na Europa?
- d) Identifique as causas da instabilidade no emprego e do desemprego do trabalhador pós moderno.
- e) O que é um trabalhador polivalente?
- f) Por que o mercado de trabalho exige a aprendizagem permanente?
- g) O que é acumulação flexível?
- h) Cite as características da acumulação flexível.
- i) Explique como ocorre a flexibilização dos processos de trabalho através da automação e da robótica?
- j) Como ocorre a flexibilização e mobilidade dos mercados de trabalho?
- l) Como ocorre a flexibilização dos produtos e também dos padrões de consumo?

GABARITO

1 - b